



Os imóveis classificados, em vias de classificação ou abrangidos por servidão administrativa na área do património cultural estão sujeitos às disposições da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, nomeadamente aos art.ºs 45.º, 36.º e 37.º, que proíbe os proprietários de efetuar quaisquer obras ou proceder à sua transmissão sem prévia autorização / comunicação à administração do património cultural competente.

A - PEDIDO DE EMISSÃO

VENDA DAÇÃO EM PAGAMENTO OUTRAS _____ (Permuta / Benefícios Fiscais)

PROPRIETÁRIO (indicar apenas um dos proprietários)

Nome _____

NIF: _____ BI / CC / NPC : _____ Validade _____

Morada _____

Código Postal _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

ADQUIRENTE (indicar apenas um dos adquirentes)

Nome _____

NIF: _____ BI / CC / NPC : _____ Validade _____

Morada _____

Código Postal _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

B - ESTA CERTIFICAÇÃO TEM POR EFEITO (a preencher pelo requerente)

A instrução de processo para obtenção de benefícios fiscais (isenção de IMI - n.º 6 do art.º 31º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro e alínea n) do n.º 1 do art.º 40º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Junho - isenção do IMT - alínea g)) do art.º 6º do CMIT constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 287/2003.

Declarar que nesta transação a administração do património cultural competente **pretende / não pretende** exercer o direito preferencial constante do art.º 37º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

Nome do Requerente _____

na qualidade de _____, BI / CC / NPC : _____

Outros Docs. _____

Contactos _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

Assinatura do Requerente _____



C - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Fracção autónoma ____ designada pela(s) letra(s) _____ correspondente(s) ao _____
do Prédio Urbano / Rústico sito em _____
localidade _____, concelho de _____
inscrito na matriz sob o art.º n.º _____ freguesia de _____
(omisso, mas pedida a inscrição em _____) descrito na ____ª C. Reg. Predial
de _____.
Valor da transacção: _____, _____ €
(por extenso _____)

D - CERTIFICAÇÃO (a preencher pelos serviços)

- Certifico que o imóvel identificado em C **está abrangido** por servidão administrativa do património cultural, conforme Decreto / Portaria n.º _____ de _____, ZP / ZEP.
- Certifico que o imóvel identificado em C **não está classificado**.
- Certifico que o imóvel identificado em C **não está abrangido** por qualquer zona de protecção.
- Certifico que o imóvel identificado em C **está individualmente classificado** como _____ pelo Decreto Portaria n.º _____ de _____ / _____ / _____
- Certifico que o imóvel identificado em C **faz parte integrante** do conjunto denominado _____ classificado como _____ pelo Decreto Portaria n.º _____ de _____ / _____ / _____
- Certifico que o imóvel identificado em C **está em vias de classificação**, por despacho de _____ / _____ / _____

O Técnico que verificou _____ em _____.

A Direção Regional de Cultura **pretende** / **não pretende** exercer o direito preferencial constante da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio.

A Diretora Regional de Cultura do Centro _____ em _____.

(Suzana Menezes)

NOTA: Os imóveis devem ser obrigatoriamente assinalados em planta de localização à escala adequada a uma correta localização no território de 1:500 ou 1:1000 em área urbana e de 1:2000 ou 1:5000 fora de área urbana.

Validade da certidão: 6 meses



C - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (a preencher pelo requerente)

Fracção autónoma designada pela(s) letra(s) correspondente(s) ao
do Prédio Urbano Rústico sito em
localidade , concelho de
inscrito na matriz sob o art.º n.º freguesia de
(omisso, mas pedida a inscrição em / /) descrito na ª C. Reg. Predial
de
Valor da transacção (numerário / extenso)
. . . €

D - CERTIFICAÇÃO (a preencher pelos serviços)

Certifico que o imóvel identificado em **C** está **individualmente classificado** como
 pelo Decreto Portaria n.º de / /

Certifico que o imóvel identificado em **C** **faz parte integrante** do conjunto denominado
 classificado como
 pelo Decreto Portaria n.º de / /

Certifico que o imóvel identificado em **C** está **em vias de classificação**, por despacho de
 / /

Certifico que o imóvel identificado em **C** está **abrangido** por zona Geral Especial de
protecção, conforme Decreto Portaria n.º de / /

Certifico que o imóvel identificado em **C** **não está classificado**

Certifico que o imóvel identificado em **C** **não está abrangido** por qualquer zona de protecção.

O Técnico que verificou em / /

A DGPC **pretende** **não pretende** exercer o direito de preferência constante do art.º 37 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro.

A Diretora-Geral da DGPC em / /

Os imóveis situados fora do concelho de Lisboa devem ser obrigatoriamente assinalados em planta de localização, à escala adequada a uma correcta localização no território (1:5000 ou 1:10000)

Validade da certidão: 6 meses

Nos termos dos **artigos 12.º e 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril**, a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) informa que a presente recolha de dados pessoais não resulta de uma obrigação legal ou contratual específica nem constitui requisito para a celebração de um contrato, sendo efetuada na sequência do pedido efetuado pelo Requerente, com base no fundamento legal previsto na **alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º** daquele Regulamento, mostrando-se necessária ao exercício de funções de interesse público, tendo em vista a realização da missão e atribuições da DRCC previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, e ao posterior cumprimento de obrigações legais a que a DRCC se encontra adstrita.

Os dados pessoais recolhidos têm exclusivamente como finalidade possibilitar a tramitação procedimental do pedido efetuado pelo Requerente, com vista à decisão final sobre o mesmo, limitando-se ao estritamente necessário para esse fim, atendendo às exigências procedimentais e legais que a DRCC tem de observar para tanto, e não sendo objeto de tratamentos automatizados.

Os dados pessoais são considerados confidenciais, sendo objeto de registo, organização e estruturação e conservação em base de dados da instituição, disponível no sistema de gestão documental, na intranet da DRCC, apenas sendo consultados e utilizados para os fins relacionados com o pedido do Requerente e até à decisão final e formalidades complementares sobre o mesmo, após o que serão apagados e eliminados da base de dados, sem prejuízo da conservação dos dados que, nos termos legais, devam constar de arquivo documental da instituição.

O acesso e utilização dos dados pessoais é restringido aos trabalhadores ou agentes da DRCC encarregados concretamente de instruir e dar seguimento ao pedido, sem prejuízo do acesso pelos trabalhadores ou agentes encarregados da segurança tecnológica e proteção dos dados nas redes e sistemas de informação da DRCC, para estes exclusivos efeitos, ficando, em todo o caso, todos os utilizadores e subcontratantes vinculados aos deveres e regras de segurança e de sigilo vigentes na DRCC.

Os dados poderão ser disponibilizados ou transmitidos a outras entidades da área governativa do Ministério da Cultura ou outras pessoas coletivas públicas a cuja hierarquia a DRCC esteja sujeita, nos termos das respetivas atribuições e competências legais.

Mais se informa que, nos termos do disposto nos artigos 12.º e seguintes do RGPD, o Requerente é titular dos seguintes direitos relativos aos dados pessoais recolhidos:

- a. Direito de acesso aos dados pessoais;
- b. Direito de retirar, a qualquer momento, o consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos dados pessoais recolhidos, bastando contactar a DRCC através dos contactos abaixo indicados;
- c. Direito de se opor ao tratamento dos dados pessoais, bem como de obter a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos mesmos;
- d. Direito de portabilidade dos dados, nos termos previstos no RGPD;

- e. Direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- f. Direito a ser informado, a pedido, sobre as finalidades do tratamento, as categorias de dados envolvidos, a identidade dos destinatários a quem tenham sido divulgados e o período de conservação dos dados pessoais;
- g. Direito a ser informado sobre quais os dados pessoais em fase de tratamento e sobre quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados.

Identificação do responsável pelo tratamento e contactos:

Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), pessoa coletiva n.º 600025314, com sede em Coimbra, na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, Jardim da Manga, endereço de correio eletrónico culturacentro@drcc.gov.pt, contacto telefónico 239 701 391.

Representante legal:

Suzana Maria Peres de Menezes, Diretora Regional de Cultura do Centro, com os mesmos contactos acima referenciados.

Contacto do Encarregado de Proteção de Dados designado pela Direção Regional de Cultura do Centro:

culturacentro@drcc.gov.pt

O Requerente/Titular dos Dados declara que tomou conhecimento da informação que antecede.

Coimbra, _____ de _____ de _____

O Requerente/Titular dos Dados
